

Antigo Regime europeu

Teoria

A formação do absolutismo

O termo “Antigo Regime” passou a ser utilizado principalmente durante e após a Revolução Francesa para caracterizar de forma pejorativa os governos **absolutistas**, que se desenvolveram entre os séculos XV e XVIII na Europa a partir da formação dos Estados modernos.

O **absolutismo** foi uma teoria política que configurou a forma de muitos monarcas governarem, acumulando em suas mãos riquezas e poderes quase absolutos. O chamado rei absolutista, portanto, tornou-se em muitos locais uma figura que representava o próprio Estado, intervindo diretamente na vida dos súditos, na religião, na economia e nas decisões políticas, sustentando seu poder por meio das relações políticas, do exército nacional e da construção de sua imagem mística, sendo visto como um “escolhido por Deus para proteger a nação”.



A monarquia, na maioria das vezes, é **hereditária**, o que significa dizer que o monarca faz parte da família real e que existe uma linha de sucessão dos descendentes a esse trono. Também existem as **monarquias eletivas**, nas quais o monarca é eleito por meio de votação. Podemos dizer que há duas principais formas de monarquia: a **absoluta**, em que o rei (monarca) tem total poder – considerada um regime autoritário –; e a **constitucional (ou parlamentar)**, na qual o poder do rei é limitado por uma constituição – representa a maior parte das monarquias atuais e ocorre dentro de um contexto democrático.

Fonte: material da Descomplica “Tipos de governo”, de Sociologia.

Em um reino como a França do século XVII, por exemplo, um monarca tinha tantos poderes que era capaz de definir a religião que seus súditos deveriam seguir, decidir quais seriam as terras a serem conquistadas, em quais mercadorias os comerciantes focariam, as leis que seriam criadas e poderiam até, com um simples gesto, definir quem seria preso e executado, eliminando facilmente qualquer crítico e opositor político. Foi justamente nessa França que o rei Luís XIV (1638–1715) se tornou um dos maiores símbolos do absolutismo e, diante de uma desafiadora sessão com o Parlamento parisiense, teria supostamente pronunciado a icônica frase: “*l'Etat c'est moi!* (O Estado sou eu!)”.

Se hoje a maioria dos países ocidentais se guiam pelos preceitos democráticos e liberais, destacando a importância da divisão do poder em esferas equilibradas e o respeito à Constituição, no passado europeu não havia uma divisão delimitada do poder, estando ele concentrado nas mãos do rei e de sua corte. Pertencer a uma nação regida por um monarca absolutista era conviver com a palavra máxima do Estado e entender o indivíduo antes de tudo como um súdito e não como um cidadão com plenos direitos.

Com essa concentração de poderes, a Igreja Católica perdeu força, sobretudo em reinos que abandonaram o catolicismo como religião oficial no contexto de reformas protestantes, chegando a perder terras, como no caso da reforma anglicana na Inglaterra. Por outro lado, muitos membros



do **clero** se beneficiaram da forte influência que tiveram sobre os déspotas e nas decisões de reino que se mantiveram ao lado do papa.

A **nobreza**, por sua vez, também conviveu com os prós e contras da centralização política. Embora absolutismo, com as intervenções religiosas, tenha gerado alguns conflitos entre nobres e minado o poder de senhores feudais, esse foi um regime que

garantiu a manutenção dos privilégios e poderes nobiliárquicos, criando cortes parasitárias que tomavam decisões políticas em seu benefício e promoviam o próprio enriquecimento em cima do terceiro Estado.

Para a **burguesia**, no entanto, a centralização política garantiu a unificação de moedas e taxas e uma maior segurança comercial no início. Contudo, a constante intervenção do rei na economia e nas liberdades pessoais e os entraves para sua atuação política passaram a incomodar profundamente com o tempo, sendo especialmente criticado pelos filósofos iluministas no século XVIII e posteriormente combatido pelas revoluções liberais, como a da França, em 1789.

Percebe-se que, mesmo com o acúmulo de poderes e sendo tratado como um “representante de Deus”, o rei absolutista não era de fato “absoluto” – afinal, esse poder precisava ser constantemente construído e reforçado para não alimentar a ira de seus súditos. Logo, para ser entendido como um “poder natural” e para ser aceito pela nação, os monarcas precisavam construir e difundir discursos e imagens que confirmassem essa ideia.

Durante a Idade Moderna, vários pensadores produziram com o intuito de teorizar sobre os ideais absolutistas, corroborando com a ideia de uma sociedade disciplinada, segura e sob o controle de um único líder. Assim, teóricos como Thomas Hobbes, com a “**Teoria do Contrato Social**”, Nicolau Maquiavel, com seu livro “O Príncipe”, e Jacques Bossuet, com sua ideia do “**Direito Divino do Rei**”, foram importantes nomes que fundamentaram e embasaram esses novos modelos de governabilidade. Para esses autores, o rei seria como um enviado de Deus que garantiria a proteção e a ordem da nação e o bom funcionamento da máquina pública de forma justa, mesmo quando precisasse cometer atitudes violentas.

A produção dessas ideias por intelectuais foi fundamental para embasar o poder do soberano como algo “natural”, mas foram as práticas do dia a dia e a construção da figura do rei entre os súditos que mais mantiveram forte esse poder, convencendo a nação à importância e divindade do monarca. A imagem do rei era constantemente reproduzida em estátuas públicas, pinturas, moedas e rituais; seus feitos eram registrados e circulavam em livros, tapeçarias, monumentos e tudo que pudesse engrandecer sua imagem – e a de seus antepassados – como um herói e protetor da nação.

Mesmo com toda essa produção narrativa, também era fundamental, para corroborar a ideia de poder, que o monarca sempre fosse visto cercado por luxos e glórias, jamais por fraqueza e incapacidade. Nesse ponto, a própria nobreza passou a criar códigos e padrões de comportamento que a distinguisse das outras camadas sociais – como, por exemplo, a forma extravagante de se vestir, o gosto por determinados padrões culturais e até a criação de normas de etiqueta nas

refeições. Dessa forma, apesar de alguns burgueses serem ricos, extremamente talentosos ou inteligentes, eles eram diferentes dos nobres e tratados como inferiores por essa série de características, que eram constantemente reforçadas para justificarem uma hierarquia de poder. Assim, tanto a imagem da nobreza quanto a do rei eram constantemente “fabricadas” a fim de reforçar os poderes e sedimentar a noção de **soberania e hierarquia**.

O mercantilismo

O período de transição da Baixa Idade Média para a Idade Moderna, como visto anteriormente, marcou profundas mudanças na sociedade europeia. As transformações políticas e sociais do período – o aumento exponencial da comercialização com a descoberta de novas rotas comerciais, a conquista de novos territórios e a própria centralização do poder nas mãos dos reis – passaram a demandar novas ideias e práticas econômicas.

É nesse contexto que podemos observar a formação de um conjunto de práticas econômicas chamado de **mercantilismo**, considerado por muitos autores como uma primeira etapa do processo de formação do capitalismo. As práticas que formam o que hoje conhecemos como mercantilismo não foram pensadas de forma ortodoxa, nem seguiam regras rígidas, variando de acordo com o tempo e as necessidades de enriquecimento dos reinos que as adotavam. No entanto, de forma geral, as práticas mercantilistas visavam sempre a atuação do Estado na economia para garantir o acúmulo de capital para o reino. Assim, o mercantilismo está intimamente associado à Idade Moderna e ao próprio poder de intervenção do rei, construído pela prática absolutista.

Características do mercantilismo:

- Primeiramente, vale destacar que o mercantilismo dependia profundamente de um Estado forte e interventor, que era o principal responsável pela exploração de um território conquistado e colonizado e quem monopolizava a prática comercial mantendo a colônia ligada diretamente a sua autoridade – sobretudo por meio de imposições, como o **Exclusivo Comercial** (também chamado de Pacto Colonial).
- O chamado **metalismo** foi a promoção de uma intensa busca por metais preciosos – que, pelas ideias mercantilistas, eram vistos como uma das principais fontes de arrecadação e abastecimento dos Estados. Embora os metais fossem considerados a principal fonte de riqueza, extraídas principalmente da América a partir da colonização, o comércio também tinha uma função fundamental na manutenção dessa riqueza.
- Para um Estado manter a saúde econômica, além do acúmulo de metais, era preciso valorizar a produção interna e a exportação. Assim, as práticas mercantilistas defendiam a **adoção de medidas protecionistas**, como aumento de impostos sobre produtos estrangeiros e a valorização de uma **balança comercial favorável**, visando regular as importações e exportações a fim de controlar o fluxo de mercadorias dentro de suas fronteiras.

Visto isso, o mercantilismo – conhecido também por alguns autores como “capitalismo comercial” – se difundiu pela Europa, estabelecendo-se principalmente em regiões como Gênova, Veneza, Holanda, Portugal, França, Inglaterra e Espanha. Apesar de o Estado e do monarca serem os grandes privilegiados por esse sistema econômico, inicialmente a expansão comercial também chegou a beneficiar a **burguesia**.

Com o caminhar dos séculos, assim como o absolutismo passou a restringir as liberdades e a limitar os poderes da burguesia, o mercantilismo também se tornou um entrave econômico para os interesses dessa classe, que passou a não tolerar mais o protecionismo, o monopólio e as intervenções na economia. Enfim, é importante ressaltar que a **escravidão africana** e o tráfico negreiro proveniente da colonização e da expansão marítima também foram fontes de arrecadação de extrema importância para as monarquias nacionais.



Pega a visão: Estudar o Antigo Regime é superimportante porque foi nesse período que ocorreram fatos históricos essenciais para a compreensão do mundo atual, como a colonização, a escravização africana, a industrialização etc. Mais que isso, é essencial para compreender a luta por direitos civis, liberdade e igualdade durante os séculos XIX, XX e XXI.

Exercícios de fixação

- Podemos destacar como um fator importante para a manutenção do poder absolutista:
 - A divisão dos Três Poderes.
 - A liberdade religiosa.
 - A teoria do direito divino do rei.
 - A formação de Constituições.
 - Ao observarmos imagens dos reis absolutistas, podemos perceber que eles viviam cercados por luxo e riquezas. Explique a importância dessa construção de imagens para o regime absolutista.
 - Podemos destacar como importantes teóricos do absolutismo:
 - Michel Foucault, Jacques Bossuet e Hanna Arendt.
 - Thomas Hobbes, Nicolau Maquiavel e Jacques Bossuet.
 - Jean-Jacques Rousseau, Nicolau Maquiavel e Adam Smith.
 - John Locke, Thomas Hobbes e Sartre.
 - Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, os processos de centralização política na Europa deram origem aos Estados modernos. No entanto, a concentração do poder nas mãos de alguns reis, com o tempo, também deu início as chamadas práticas absolutistas. Cite duas características do absolutismo.
 - As mudanças no mundo durante a Idade Moderna tiveram como consequência transformações nas próprias atividades econômicas. Assim, alguns Estados passaram a adotar um conjunto de práticas econômicas conhecido como mercantilismo. Cite ao menos duas características das práticas mercantilistas.
-

Exercícios de vestibulares



1. (Enem, 2009) O que se entende por Corte do antigo regime é, em primeiro lugar, a casa de habitação dos reis de França, de suas famílias, de todas as pessoas que, de perto ou de longe, dela fazem parte. As despesas da Corte, da imensa casa dos reis, são consignadas no registro das despesas do reino da França sob a rubrica significativa de Casas Reais.

(ELIAS, N. A sociedade de corte. Lisboa: Estampa, 1987.)

Algumas casas de habitação dos reis tiveram grande efetividade política e terminaram por se transformar em patrimônio artístico e cultural, cujo exemplo é:

- (A) O palácio de Versalhes.
 - (B) O Museu Britânico.
 - (C) A catedral de Colônia.
 - (D) A Casa Branca.
 - (E) A pirâmide do faraó Quéops.
2. (Enem, 2012) Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento. Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio. Que é indispensável convocar com frequência os Parlamntos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar leis. Declaração de Direitos.

(Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br> Acesso em: 20 dez. 2011 (adaptado).)

No documento de 1689, identifica-se uma particularidade da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na Época Moderna.

A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em:

- (A) Redução da influência do papa – Teocracia.
 - (B) Limitação do poder do soberano – Absolutismo.
 - (C) Ampliação da dominação da nobreza – República.
 - (D) Expansão da força do presidente – Parlamentarismo.
 - (E) Restrição da competência do congresso – Presidencialismo.
-

3. (Enem PPL, 2020) A Inglaterra não só os produzia em condições técnicas mais avançadas do que o resto dos países, como os transportava e distribuía. Tinha, pois, necessidades de mercados, e foi por isso que se esforçou, naquela etapa de sua história, para criá-los e desenvolvê-los. O Tratado de Methuen em 1703 estabelecia a compra dos tecidos ingleses por parte de Portugal, enquanto a Inglaterra se comprometia a adquirir a produção vinícola dos lusitanos.

SODRÉ, N. W. *As razões da independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969 (adaptado).

No contexto político-econômico da época, esse tratado teve como consequência para os britânicos a:

- (A) Aplicação de práticas liberais.
 - (B) Estagnação de superávit mercantil.
 - (C) Obtenção de privilégios comerciais.
 - (D) Promoção de equidade alfandegária.
 - (E) Equiparação de reservas monetárias.
4. (Enem PPL, 2020) Ordena-se pela autoridade do Parlamento, que ninguém leve, ou faça levar, para fora deste reino ou Gales, ou qualquer parte do mesmo, qualquer forma de dinheiro da moeda desse reino, ou de dinheiro e moedas de outros reinos, terras ou senhorias, nem bandejas, vasilhas, barras ou joias de ouro guarnecidas ou não, ou de prata, sem a licença do rei.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

A temática exposta no texto, referente à Inglaterra dos séculos XVI e XVII, caracteriza uma associação entre:

- (A) Determinação de regras protecionistas e fortalecimento das instituições monárquicas.
 - (B) Racionalização da empresa colonial e reconhecimento dos particularismos regionais.
 - (C) Demarcação de fronteiras comerciais e descentralização dos poderes políticos.
 - (D) Expansão das atividades extrativas e questionamento da investidura divina.
 - (E) Difusão de práticas artesanais e aumento do controle do legislativo.
5. (UEA, 2019) Em quase todos os lugares, o peso esmagador dos impostos – *taille* e *gabelle* na França, *servicios* na Espanha – recaía sobre os pobres. Não existia a concepção jurídica de “cidadão” sujeito ao fisco pelo simples fato de pertencer à nação. Na prática, a classe senhorial estava efetivamente isenta de taxaçoão direta, em toda parte.

(Perry Anderson. *Linhagens do Estado absolutista*, 2016.)

O excerto do livro *Linhagens do Estado absolutista* descreve:

- (A) A legalização das desigualdades tributárias, típicas da sociedade pós-industrial.
 - (B) A exploração do operariado industrial, típica do capitalismo contemporâneo.
 - (C) A situação de privilégios sociais, típicos do Antigo Regime da Idade Moderna.
 - (D) A restrição à participação nas decisões políticas, típica da democracia antiga.
 - (E) A manutenção dos poderes políticos da nobreza, típicos do feudalismo medieval
-



6. (Enem, 2006) “O que chamamos de corte principesca era, essencialmente, o palácio do príncipe. Os músicos eram tão indispensáveis nesses grandes palácios quanto os pasteleiros, os cozinheiros e os criados. Eles eram o que se chamava, um tanto pejorativamente, de criados de libré. A maior parte dos músicos ficava satisfeita quando tinha garantida a subsistência, como acontecia com as outras pessoas de classe média na corte; entre os que não se satisfaziam, estava o pai de Mozart. Mas ele também se curvou às circunstâncias a que não podia escapar”.

(Norbert Elias. *Mozart: sociologia de um gênio*. Ed. Jorge Zahar, 1995, p. 18 (com adaptações).)

Considerando-se que a sociedade do Antigo Regime dividia-se tradicionalmente em estamentos: nobreza, clero e 3º Estado, é correto afirmar que o autor do texto, ao fazer referência a “classe média”, descreve a sociedade utilizando a noção posterior de classe social a fim de:

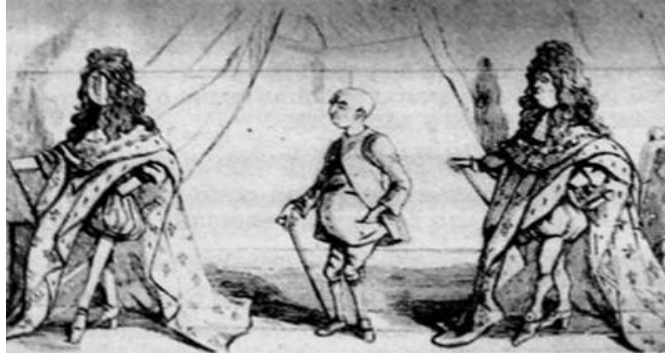
- (A) Aproximar da nobreza cortesã a condição de classe dos músicos, que pertenciam ao 3º Estado.
 - (B) Destacar a consciência de classe que possuíam os músicos, ao contrário dos demais trabalhadores manuais.
 - (C) Indicar que os músicos se encontravam na mesma situação que os demais membros do 3º Estado.
 - (D) Distinguir, dentro do 3º Estado, as condições em que viviam os “criados de libré” e os camponeses.
 - (E) Comprovar a existência, no interior da corte, de uma luta de classes entre os trabalhadores manuais.
7. (FDF, 2013) "A etiqueta foi, nos séculos do seu apogeu (do XV ao XVIII), minucioso cerimonial regendo a vida em sociedade: roupas, formas de tratamento, uso da linguagem, distribuição no espaço, tudo isso esteve determinado pela lei e pelo costume."

Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 7. *A etiqueta no Antigo Regime*.

O papel da etiqueta no Antigo Regime pode ser associado

- (A) Ao esforço da realeza para impedir a exposição pública da ostentação e da pompa que orientavam sua vida privada.
 - (B) À dinâmica política do Estado absolutista, em que os governantes deviam acolher no seu espaço privado representantes de todas as classes sociais.
 - (C) À disposição, natural na burguesia mercantil metropolitana, de buscar o luxo e a ostentação.
 - (D) À lógica hierarquizadora da sociedade, em que cada pessoa devia conhecer seu lugar, sua posição e seu papel social.
 - (E) Ao papel regrador da sociedade, exercido pela Igreja Católica, que determinava o vestuário adequado dos fiéis.
-

8. (Enem, 2012)



Charge anônima. BURKE, P. A fabricação do rei.
Rio de Janeiro: Zahar, 1994. (Foto: Enem).

Na França, o rei Luís XIV teve sua imagem fabricada por um conjunto de estratégias que visavam sedimentar uma determinada noção de soberania.

Neste sentido, a charge apresentada demonstra

- (A) A humanidade do rei, pois retrata um homem comum, sem os adornos próprios à vestimenta real.
 - (B) A unidade entre o público e o privado, pois a figura do rei com a vestimenta real representa o público e sem a vestimenta real, o privado.
 - (C) O vínculo entre monarquia e povo, pois leva ao conhecimento do público a figura de um rei desprezioso e distante do poder político.
 - (D) O gosto estético refinado do rei, pois evidencia a elegância dos trajes reais em relação aos de outros membros da corte.
 - (E) A importância da vestimenta para a constituição simbólica do rei, pois o corpo político adornado esconde os defeitos do corpo pessoal.
9. (UFT, 2014) “O Mercantilismo resulta numa exaltação do espírito de empresa e trabalho criador. Realiza assim, em relação aos ideais pregados pela cultura medieval, uma verdadeira subversão das hierarquias e dos valores. É levado a lutar contra os preconceitos nobiliários, a ociosidade, o gosto da função pública, mantido pela venalidade e hereditariedade dos ofícios”.

FONTE: DEYON, Pierre. O Mercantilismo. SP: Perspectiva, 1992, p. 54.

O Mercantilismo tinha como princípio básico:

- (A) O desenvolvimento do exército para resguardar o Estado.
- (B) O estímulo ao consumo de bens e produtos importados.
- (C) O princípio de autonomia entre a metrópole e a colônia.
- (D) O aumento das taxas sobre produtos de exportação.
- (E) O enriquecimento e fortalecimento do Estado.

10. (Unesp, 2009) (...) O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus. Os reis são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve-se acreditar que ele vê melhor, e deve obedecer-se-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição.

(Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), Política tirada da Sagrada Escritura. apud Gustavo de Freitas, 900 textos e documentos de História)

Com base no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O autor critica o absolutismo do rei e enfatiza o limite da sua autoridade em relação aos homens.
- (B) Para Bossuet, o poder real tem legitimidade divina e não admite nenhum tipo de oposição dos homens.
- (C) Bossuet defende a autoridade do rei, mas alerta para as limitações impostas pelas obrigações para com Deus.
- (D) Os princípios de Bossuet defendem a soberania dos homens diante da autoridade divina dos reis.
- (E) O autor reconhece o direito humano de revolta contra o soberano que não se mostre digno de sua função.

Se liga!

Sua específica é Humanas e quer continuar treinando esse conteúdo?

Clique aqui, para fazer uma lista extra de exercícios.

Gabaritos

Exercícios de fixação

- 1. C**

O poder do rei absolutista se consolidava de diversas formas. Entre elas, a teoria do direito divino, que defendia que o soberano era um representante de Deus, escolhido de forma divina para proteger e governar uma nação; logo, não deveria ser contestado.
- 2.** Um soberano absolutista deveria sempre reforçar o seu poder diante dos súditos, demonstrando sua grandeza e importância para nação. Uma forma de construir isso era por meio da sua própria imagem, com aparições públicas cercado de luxo, imagens grandiosas e participação em rituais que reforçavam sua imagem santa. Essa prática era fundamental para a manutenção do seu poder como algo “natural” e “divino”.
- 3. B**

Os mais famosos filósofos que teorizaram sobre o absolutismo foram Thomas Hobbes, Nicolau Maquiavel e Jacques Bossuet.
- 4.** Entre as características do absolutismo que podem ser citadas estão: a concentração dos poderes nas mãos de um monarca; a fundamentação do regime por meio da teoria do direito divino; a intervenção do Estado na vida privada, censurando e impedindo a liberdade dos súditos; a valorização dos privilégios nobiliárquicos; a interferência real em assuntos religiosos; a concentração da carga tributária no terceiro Estado; e a transmissão hereditária do poder e a adoção de práticas mercantilistas.
- 5.** Entre as características do mercantilismo que podem ser citadas estão: o metalismo, a balança comercial favorável, a intervenção do Estado na economia, o monopólio estatal e o protecionismo.

Exercícios de vestibulares

- 1. A**

O Palácio de Versalhes se tornou o símbolo do absolutismo na França. O início da sua construção data do governo de Luís XIV, chamado de “Rei-Sol”. Sua opulência e riqueza retratavam a concentração de poder na mão desse monarca.
 - 2. B**

Enquanto quase toda Europa ocidental possuía o absolutismo como modelo de governo, a burguesia inglesa já havia feito a sua revolução e implementado uma monarquia constitucional, na qual o rei era submetido ao Parlamento e a uma Constituição.
 - 3. C**

Para os ingleses, o Tratado de Methuen representou privilégios comerciais, pois lucravam muito mais com a venda de tecidos em massa do que os portugueses com a venda de vinhos.
 - 4. A**

A determinação de manter as riquezas dentro do reino pode ser entendida como uma prática protecionista do mercantilismo. Com a afirmação de que a regra só poderia ser contrariada com a autorização do rei, podemos perceber um fortalecimento da monarquia.
-

5. **C**

O modelo de sociedade inaugurado com o Estado absolutista foi construído em cima de privilégios nobiliárquicos, dos quais os grandes beneficiários eram o clero e a nobreza. Enquanto isso, os tributos eram cobrados do povo – inclusive da burguesia, que fazia parte desse grupo heterogêneo.

6. **C**

O texto aponta a estrutura estamental do Antigo Regime e defende a dificuldade e quase improbabilidade de membros de uma “classe média” se tornarem nobres. Até mesmo indivíduos geniais, como Mozart, ou ainda aqueles que serviam e conviviam com a nobreza, como o pai do músico, não pertenciam de fato à nobreza.

7. **D**

Dentro de uma estrutura social profundamente desigual e estamental, a etiqueta cumpria um papel hierarquizante e se tornava um símbolo de diferenciação entre a nobreza e o resto do povo.

8. **E**

O Estado se confundia com a própria pessoa do rei. Devido a isso, o soberano tendia a se adornar, pois fortalecia, assim, a imagem do Estado.

9. **E**

Um dos principais objetivos do mercantilismo era fortalecer a figura do Estado promovendo o seu enriquecimento a partir de práticas protecionistas, como a manutenção de uma balança comercial favorável, o metalismo, o pacto colonial e o tráfico negreiro.

10. **B**

Em um contexto de concentração do poder nas mãos dos reis, uma série de teóricos surgiu para legitimar o absolutismo; entre eles, Jacques Bossuet, com sua ideia do “Direito Divino do Rei”. Para o autor, o rei tinha soberania e permanecia no poder graças à vontade divina.
